

Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável?

Luís Augusto Severo Soares

Mestre em Educação – UNINOVE;
Professor na graduação – Belas Artes-SP/UNINOVE;
soares@uninove.br, São Paulo [Brasil]

O artigo comenta as características do emprego turístico, atualmente em crescente grau de informalização, devido à descentralização produtiva, à flexibilização e à precarização das relações de trabalho, associadas à ampliação dos empregos temporários, desregulados como forma de compensação das empresas pelas perdas sazonais, e ao crescimento efetivo da entrada de mão-de-obra desqualificada, proveniente de outros segmentos das economias locais e regionais, marginalizadas ante a atuação turística (monocultura turística) e a falta de planejamento da atividade (formação de mão-de-obra, inserção da comunidade nos negócios turísticos – absorção produtiva –, entre outros).

Palavras-chave: Economia. Trabalho informal. Turismo.

I Introdução

Nas últimas décadas, o crescimento da atividade turística mundial tem despertado discussões em diferentes áreas acadêmicas. Sua expansão reflete tanto seu desenvolvimento para a economia e a sociedade quanto os impactos resultantes da ampla relação com os autóctones e os espaços utilizados.

A partir dessa relação, o turismo cerca-se de novos olhares, que o compreendem, por meio de visões científicas integradas, como um sistema de negócios e consumo do tempo livre e uma oferta de serviços indissociável de uma gama de impactos, e que, portanto, não pode ser compreendido por meio de análises isoladas. Para tanto, o estudo do turismo deve livrar-se da concepção “salvadora”, muitas vezes promovida em estudos econômicos e mercadológicos, sem questionar seus impactos. Nesses casos, como destaca Archer e Cooper (2001, p. 90), é preciso apoiar a investigação do turismo em uma

[...] visão mais equilibrada dos efeitos econômicos do turismo, uma compreensão mais profunda das questões humanas que cercam o impacto do turismo. [...] Os economistas, particularmente, deveriam trabalhar em contato maior com os sociólogos na análise e quantificação dos custos sociais e dos benefícios do turismo.

Há um perigo especial de que a reprodução de estudos de impacto econômico isoladamente acabe por apenas alimentar a reivindicação de desenvolvimento turístico nos destinos, omitindo considerações de outros custos.

Assim, o turismo como campo de investigação motiva a deflagração e análise de seus diversos resultados e instiga o questionamento de teorias próprias, contrapondo os modelos circunstanciais que o exaltam sem qualificar seus resultados.

A atividade turística mundial expõe impactos positivos, revelando valores econômicos,¹ dos quais se destaca a geração de emprego e renda (RABAHY, 1990). Como exemplo, estão os

250 milhões de empregos criados em sua cadeia produtiva, segundo os dados da Organización Mundial del Turismo (OMT) (2003).² O turismo ainda reforça os fluxos financeiros, possibilita a inversão de capitais em seus espaços de consumo e eleva as taxas de emprego (LAGE; MILONE, 2001), o que revela, principalmente na economia, parte de seus benefícios.

Na América Latina, observa-se uma visão similar. Nela, o turismo permite a efetivação de distintos impactos socioeconômicos, mais veementes que os verificados nos países desenvolvidos. Sua atividade, somada à industrialização, à urbanização tardia (ROUQUIÉ, 1991) e aos quadros de baixo desenvolvimento, atua na minimização dos índices de desemprego e no crescimento das relações micro e macroeconômicas. O continente recebeu, na última década, 39% do investimento estrangeiro direto em turismo no mundo (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2003) e conquistou 5,2% do mercado internacional, em 2003: um crescimento médio, comparado a 2002, de 8,16%, com destaque para a América do Sul que, respectivamente, ampliou as chegadas internacionais em 13,5% (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2003).

Essa situação, embora discutida de maneira insuficiente, apenas com base em indicadores econômicos, reflete o crescente valor da atividade no continente,³ que sustenta, em parte, sua ampliação com investimentos em infra-estrutura e consumo de serviços, fomentando as empresas e gerando emprego e renda para as famílias e receita para os governos.

Entre os diferentes fatores mencionados, a ampliação do mercado de trabalho turístico, responsável por cerca de 8% do total (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2004, tradução nossa), ainda é, no entanto, dúbia, já “[...] que os dados não estão suficientemente separados para conhecer com mais profundidade este tipo de emprego [...]” (RODRÍGUEZ FEIJÓO, 2002, p. 332, tradução nossa). E sua mensuração, somada a outros indicadores econômicos,⁴ oculta parte dos impactos do turismo e dá destaque unilateral ao crescimento quantitativo dos empregos.

Diante dessas informações, na expectativa de oferecer um novo foco para o estudo socioeco-

nômico do segmento turístico, discute-se, ainda que inicialmente, a relação entre a informalidade do trabalho e o turismo, apresentando, a partir de uma visão empírica, suas prováveis causas e conseqüências, que levarão a breves considerações para debates futuros.

2 A discussão do inevitável? Causas e conseqüências da informalidade no turismo

É comum que em alguns estudos do turismo se diagnostique a atividade com base em aspectos quantitativos da geração de emprego, abandonando aspectos vitais para o aprofundamento das questões relacionadas ao trabalho⁵ e à cidadania.⁶ Ocultam-se verificações a respeito da oferta de trabalho que, no turismo, está diretamente vinculada aos fluxos sazonais (TRIBE, 1999), portanto apenas crescente “[...] quando há uma demanda de bens ou serviços [...]” (RODRÍGUEZ FEIJOÓ, 2002, p. 329, tradução nossa). Tal fato sublinha o crescimento volátil – reflexo da estacionalidade da atividade⁷ que produz, como destaca Bull (1994, p. 188, tradução nossa):

[...] dois mercados de trabalho; um para os trabalhadores contratados ao longo do ano, e um segundo trabalho da temporada alta [...] que ocorre com o trabalho temporário e pode atrair a trabalhadores informais.

Além desse fator, muitos estudos não relatam que o turismo possui uma alta concentração de mão-de-obra em núcleos emissivos, responsáveis pelos setores de transportes e distribuição dos produtos e serviços, deixando para os centros receptivos as ocupações que:

[...] oferecem somente mão-de-obra ou mão-de-obra principalmente. Exemplos disto são os numerosos vendedores ambulantes e, vendedores de *souvenir* [...] e guias informais, estes trabalham por conta própria, seu investimento de

capital normalmente é insignificante; seus ganhos, que são em dinheiro e não declaram, dependem muitas vezes de sua capacidade de abordar as pessoas. Não obstante, trabalham no setor de turismo [...] (BULL, 1994, p. 186, tradução nossa).

Nesse contexto, é necessário ampliar a análise do labor turístico e aproximar seus estudos de um novo foco: a informalidade no trabalho, um conjunto que agrupa os trabalhadores por conta própria, atuantes em atividades em que não se separa o capital do trabalho (TOKMAN, 2001), bem como aqueles inseridos em atividades econômicas não reguladas pela legislação, à margem das regras laborais (CACCIAMALI, 1983, 1991). Define-se, portanto, o setor informal como:

[...] um conjunto de unidades dedicadas à produção de bens ou à prestação de serviços com a finalidade primordial de criar empregos e gerar ganhos para as pessoas que participam nesta atividade. Estas unidades funcionam [...] com uma organização rudimentar. As relações de trabalho – nos nas que existiam – se baseiam talvez no emprego informal [...] e não em acordos contratuais que implicam garantias formais [...] (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2002, p. 15, tradução nossa).

A definição dada ainda vincula o setor informal ao conjunto estruturado de empresas domésticas e trabalhadores autônomos informais, que, mesmo sem a intenção deliberada, não recolhem impostos e contribuições previdenciárias e ferem a legislação trabalhista, os sistemas de proteção social e outras disposições legais.⁸ Trata-se de um grupo que se associa a distintas interpretações para diagnosticá-lo, seja pela lógica da sobrevivência “[...] onde o setor informal é o resultado da pressão do excedente de mão-de-obra por emprego [...]” (TOKMAN, 2001, p. 22), seja pelos estudos que apontam para a descentralização produtiva, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho

(SETHURAMAN, 1988; CACCIAMALI et al., 1998) como causas da informalidade.

Ambas as interpretações convergem para a insuficiência na geração de empregos pelos setores modernos da economia, agravada pela queda do setor público como empregador, pela ascensão da economia informacional (CASTELLS, 1999) e pelos fluxos migratórios campo-cidade (DEL ABRIL, 1991; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2002), caracterizados por um processo de mobilidade ocupacional (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003a) ou estrutural⁹ (GURRIERI; SÁINZ, 2003). Tais fatos condicionam o trabalhador informal à perda progressiva da cidadania: insegurança, marginalização social e afastamento dos aparatos de apoio oferecidos pelo Estado aos trabalhadores. Essas observações também se verificam na América Latina, onde a informalidade já é preocupante pelos altos índices que apresenta,¹⁰ sendo alvo de diversos estudos econômicos e sociais que assumem distintas posturas para defini-la (CACCIAMALI, 2000) ou para medir as condições de precarização e desregulamentação do mercado de trabalho (POCHMANN, 1998), sobretudo do segmento de ocupados “[...] que realiza sua atividade fora do amparo legal e em condições de razoável precariedade produtiva [...]” (DEDECCA, 1998, p. 99).

No turismo, o setor informal tem, em princípio, os mesmos pressupostos e não se dissocia do contexto citado. Sua existência, no entanto, pode ser descrita a partir de considerações complementares, que ilustram melhor seu desencadeamento: 1. ampliação dos empregos temporários e fixos desregulamentados (informais), como forma de compensação das empresas pelas perdas sazonais; 2. crescimento efetivo da entrada de mão-de-obra desqualificada, na forma de empresas ou trabalho desregulamentado, proveniente de outros segmentos econômicos marginalizados, devido sobretudo à “monocultura turística”,¹¹ e 3. falta de políticas públicas para o planejamento da atividade (formação de mão-de-obra, apoio à inserção da comunidade nos negócios turísticos – absorção produtiva –, entre outros).

A informalidade no turismo é previamente detectada pela Conta Satélite do Turismo Brasil

(INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO, 1999): no Brasil, estima-se que, do total de ocupados no turismo, haja cerca de 43% com registro formalizado e 57% atuando informalmente, além de apontar, em 1999, um aumento do trabalho informal (55%) em relação ao formal (45%). Caso semelhante vive o México, onde cerca de 45% dos ocupados no turismo são informais, segundo a Cuenta Satélite del Turismo de México. Embora o setor informal, por gerar postos de trabalho, “alivie” a questão do desemprego, podem ser considerados seus custos sociais: ausência dos direitos legais ao trabalhador, regulamentação da oferta de trabalho e serviços, perda da arrecadação pública e distanciamento de um processo de cidadania (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003b).

Assim, a informalidade no turismo se alimenta da necessidade de sobrevivência e do mito do turismo como atividade “salvadora” e unicamente positiva, situação mais evidente em núcleos receptivos que pouco têm a oferecer além de suas atrações naturais e culturais, particularmente no caso da América Latina, que sustenta o turismo sob a tríade sol-mar-praia (SCHLÜTER, 2001; GETINO, 1987).

Nessas regiões, devido ao baixo desenvolvimento econômico e social, o turismo promove ainda a migração regional, amplia o contingente disponível para atuar na atividade e dilata a informalidade. Com isso, negligenciam-se a informalidade e a conseqüente perda da cidadania que, por conta do desemprego, passa a ser vista como um mal necessário e não como um caminho inquietante. Destaca-se, assim, que a quantidade de investimentos e de empregos nem sempre constitui qualidade social e econômica, tampouco é suficiente para justificar a implantação do turismo a qualquer custo.

3 **Três pontos-chave para discutir a informalidade no turismo**

Nesse momento, cabe observar as considerações complementares citadas no texto, que ilustram melhor o desencadeamento da informalidade no turismo. O primeiro ponto a ser apresentado

é o da sazonalidade turística, que dificulta a continuidade do fluxo de turistas para seus destinos. Essa temporalidade age incisivamente na lucratividade dos empreendimentos turísticos e gera a dificuldade em reter mão-de-obra nos períodos de baixa temporada.

Por outro lado, deve destacar-se que a geração de emprego propiciada pelo turismo tem características muito diferentes [...] pois estas estão marcadas pela temporalidade ou estacionalidade da oferta e da demanda [...] (GETINO, 2002, p. 101, tradução nossa).

Nesse contexto, o turismo e a oferta, que dependem essencialmente da mão-de-obra e do consumo turístico (CUNHA, 1997), motivam a geração de empregos, o que efetiva sua validade social e econômica (CASTEJÓN MONTIJANO, 2003). Entretanto, a excessiva ampliação do consumo em áreas periféricas do sistema econômico, que apresentam desenvolvimento concentrado em microrregiões, causa a inserção desregada dos trabalhadores em sua oferta, que se põem à margem do sistema formal para lograr parte dos benefícios gerados pela atividade. Essa consideração revela parcialmente o objetivo deste artigo, pois o turismo muitas vezes eleva os índices de emprego informal e exclui os benefícios sociais do conjunto da população. E não menos relevante, impossibilita o desenvolvimento socioeconômico dos autóctones que, na economia informal e intermitente, pouco colhem dos benefícios da atividade.

Além desses fatores, o setor turístico, por sua heterogeneidade e dinamicidade, motivadas pela crescente demanda e pela gestão nociva dos canais de distribuição e dos intermediários, limita os impactos positivos, pois amplia a emissão sem dotar os espaços receptivos da capacidade necessária. Para Krippendorf (2000, p. 150), é preciso apoiar formas de desenvolvimento turístico que conciliem as necessidades de turistas e autóctones, evitando privilegiar as dos intermediários

[...] das empresas que intervêm ativamente no sistema turístico e têm um in-

teresse de caráter profissional. Trata-se da [...] indústria de construção de hotéis e restaurantes e agências de viagem. Enfim os empreendedores, cujos lucros não pertencem à região turística.

O processo destacado abre a possibilidade de ganhos maiores aos trabalhadores locais desqualificados, em detrimento daqueles com carteira assinada, ou seja, diante da pouca oportunidade de qualificação e das condições do emprego turístico¹² nos núcleos receptivos, o autóctone se volta para a economia informal e passa a desenvolver atividades que lhe rendem o que não obteria como empregado em organizações formais, que pouco oferecem diante da racionalidade produtiva e do consumo sazonal do turismo.

Cabe ressaltar também que conforme a atividade turística se transnacionaliza, a geração de emprego estável [...] se reduz aos setores menos especializados e qualificados. À medida que os serviços se concentram, e o poder de decisão se dá nos núcleos emissores de fluxos turísticos, aqueles requerem cada vez menos dos núcleos emissores do recurso [...] (GETINO, 2002, p. 102, tradução nossa).

O turismo gera mais empregos e renda em núcleos emissores que em receptores. É o que se pode constatar quando comparamos o número de empregos formais de pólos emissores com o de receptores. Um exemplo brasileiro é o caso da região Sudeste (predominantemente emissora) que possui, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (2003), 89.637 estabelecimentos atuantes no turismo¹³ que geram 772.678 empregos. Já a região Nordeste (predominantemente receptiva) apresenta 21.014 empresas turísticas e 184,4 mil empregos.

Comparativamente, a região Sudeste detém aproximadamente 52% das empresas e 58% dos empregos, enquanto a região Nordeste possui cerca de 12% das empresas e 14% dos empregos. Se, por um lado, os dados evidenciam o maior volume de empresas e empregos em pólos

de emissão, por outro, destacam que o turismo só é capaz de gerar renda e emprego em amplitude, quando conjuga atividades receptivas e emissivas e diversifica sua atuação, ambos os casos opostos ao que apresenta o nordeste brasileiro.

Essa questão apóia um modelo de orientação “unilateral” do turismo, semelhante ao “neocolonialismo turístico” (ARCHER; COOPER, 2001), apenas com a distinção de que, no modelo unilateral, o poder da população (autóctones) é transferido às grandes corporações nacionais, e não às internacionais, centralizadoras das formas de desenvolvimento, das maiores rendas proporcionais provenientes da atividade e da oferta de trabalho (em suas matrizes ou nos locais, importando mão-de-obra qualificada). Nesses casos, o trabalho e a renda excedentes, precários e desregrados (informais), “sobram” para os autóctones.

Quanto ao crescimento efetivo da entrada de mão-de-obra desqualificada, proveniente de outros segmentos das economias locais marginalizadas, observa-se a constante migração populacional (rural-urbano), motivada pela busca do emprego. Exemplo disso é Acapulco (México), um reconhecido pólo de atração turística:

A tendência migratória no Município da área rural para a urbana se manifesta de maneira crescente desde 1950, quando começa o auge da atividade turística de Acapulco. Nos últimos cinquenta anos a população rural passou de 43,9% a 10,93%, porque a cidade oferecia maiores oportunidades de trabalho, para uma. Como população que não podia subsistir sobreviver com o escasso valor dos produtos agropecuários, a população e optou por migrar migrou abruptamente para a zona urbana [...] (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA GEOGRÁFICA E INFORMÁTICA, 2001, p. 45, tradução nossa).

Mais uma vez se destaca a voracidade do mercado turístico que incita o crescimento sem vislumbrar o desenvolvimento. Assim, é comum observar que a informalidade também se amplia

quando os trabalhadores, antes dispostos em atividades tradicionais do núcleo receptivo ou de outras áreas, são atraídos para o segmento em questão – em muitos casos, atividades do setor primário ou até mesmo as que envolvem os trabalhadores da construção civil (hotéis, centros de lazer, entre outros), antes atraídos pelos intermediários.

O movimento de mão-de-obra para o setor turístico caracteriza o processo de mobilidade estrutural negativa, constantemente observado em regiões transformadas para o consumo do turismo.¹⁴ Nesse caso, a mobilidade estrutural, vista em alguns casos como um indicador positivo,¹⁵ torna-se reflexo da falta de planejamento da atividade e, nas entrelinhas, demonstra que existiam nos locais “explorados” alternativas de desenvolvimento econômico que, sem dúvida, não só retirariam do turismo a penosa tarefa da “salvação”, mas também contribuiriam para um desenvolvimento diversificado e menos suscetível aos interesses de parte da oferta e da demanda turística (GETINO, 2002).

Tal fato chega a ser demonstrado no cinema, na película *Y tu mamá también* (2001), que narra o caso de Chuí, um pescador mexicano que deixará sua atividade tradicional para ser um piloto de barco para turistas, pois sua colônia será desapropriada. Nesse caso, destaca-se o poder desregrado do turismo que, muitas vezes, transforma os locais (YÁZIGI, 1999), seja pela degradação ambiental que minimiza as oportunidades de trabalho em outros setores, seja pela deterioração cultural que marginaliza algumas atividades tradicionais e desequilibra a dinâmica socioeconômica. Tal ciclo amplia o contingente de mão-de-obra desqualificada, disponível para sobreviver do turismo, e não para atuar nele. Sem dúvida a informalidade igualmente se alimenta dessa característica, que é mais evidente em núcleos receptivos que pouco têm a oferecer além de suas vocações naturais e culturais.

Por fim, vem o gerador da informalidade no turismo: a falta de políticas para o planejamento e regulamentação da atividade. Esta característica, que não é exclusiva do turismo, aponta para a ausência do poder público, um dos agentes do turismo, no apoio à inserção dos autóctones nos negócios turísticos (CUNHA, 1997; GETINO,

2002), bem como para a falta de aplicação de gastos públicos, com caráter distributivo, na qualificação da mão-de-obra e incorporação da sociedade local no processo econômico do turismo. É preciso alertar que o papel do governo não se limita apenas a formar a mão-de-obra, mas também a conter a desigualdade na distribuição da renda e na construção da cidadania. O governo deve considerar a informalidade como um meio que leva à disparidade social, afasta o processo de cidadania e, no caso do turismo, coloca-o como meio de subsistência indesejado e não de crescimento.

É preciso entender que, na maioria dos núcleos turísticos, existem poucas opções de investimento, portanto as inversões de capital provêm de economias externas. Dessa forma, a população local não é capaz de fomentar o turismo, de criar empresas, nem de se qualificar incorporando sua força de trabalho ao setor formal. Com isso, reverte-se a visão, e, por conta da falta de investimentos e empregos, a informalidade passa a ser vista como saída.

4 **Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável?**

Diante desse cenário, questiona-se se é possível responder à pergunta que dá título ao artigo e a este subtítulo. Sem dúvida é possível minimizar a informalidade no turismo, desde que se cumpram alguns objetivos: 1. apoiar a criação de empresas turísticas locais com a capacitação e a profissionalização da comunidade; 2. redistribuir os fluxos de turistas; 3. criar condições para trocas equitativas, conciliando os interesses de seus agentes; 4. evitar a “monocultura turística”, e 5. orientar o investimento de capitais externos.

Nesse sentido, é preciso planejar os investimentos e a inserção da população na cadeia produtiva do turismo, nos espaços previstos para o seu uso, antes de simplesmente expô-los ao consumo, ainda que este utilize um objetivo a ser alcançado a longo prazo. As políticas públicas necessitam de regulamentações que auxiliem no desenvolvimento regional do turismo (e não somente local), para manter as características culturais e econômicas,

unir forças e sustentar a atividade. Para o turismo, é preciso negar os projetos ostensivos de crescimento sem desenvolvimento local, contextualizar os impactos dos investimentos externos que exploram a capacidade atrativa de espaços específicos, inserindo-os em regulamentações que garantam a admissão do trabalho formal em seus empreendimentos e não espoliem a atuação das empresas locais, principalmente as de pequeno porte.

Esse processo orienta-se no desenvolvimento da mão-de-obra local, considerando os interesses comuns de seus agentes. Dessa forma, para tornar mínimo o processo de informalidade, é preciso promover a conjunção de interesses. Assim, a melhoria do atual quadro deve-se nortear na reforma econômica e social para promover o acesso de empresas locais e de trabalhadores qualificados, sem deixar de regular a entrada de investimentos externos e impor padrões que evitem a dissolução dos bens comuns e privados.

Ademais, a informalidade do turismo não é pauta exclusiva dos órgãos e instituições isoladas: as ações governamentais direcionadas à economia e ao trabalho são vitais para favorecer o emprego formal, sem inviabilizar as empresas com cargas tributárias excessivas e condições legais inalcançáveis.

Diante dos conceitos expostos, verifica-se a necessidade de aprofundar tais análises a fim de discernir, ante os impactos da informalidade, hipóteses que rejeitem a sua presença e apresentem sugestões para o desenvolvimento econômico e social incitado pelo turismo. Não se trata, portanto, de negar o turismo, mas de reconhecê-lo em seu caráter abrangente e sistêmico, gerador de impactos positivos e negativos, e, nessa linha de entendimento, traçar pesquisas alicerçadas em diversas bases é vital para propor ações e minimizar a tendência que põe a informalidade como processo real.

Tourism and informal labor: an inevitable binomial?

The article deals with the characteristics of the tourist employment, now becoming more and more informal due to the productive de-

centralization, the flexible specialization and to the deterioration of working regulations associated to the increase of temporary jobs used by companies as a form of compensating the seasonal losses and to the effective growth of disqualified labor, originated from other segments of the local and regional economies, marginalized in face of the tourist performance (tourist monoculture) and the lack of planning for the activity (labor formation, insertion of communities into the tourist businesses – productive absorption – among other factors).

Key words: Economy. Informal labor. Tourism.

Notas

- 1 Em 2003, as receitas mundiais geradas pelo turismo alcançaram 514 bilhões de dólares e um movimento internacional de 692,7 milhões de turistas (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2003).
- 2 Segundo a Clasificación Internacional Uniforme de las Actividades Turísticas (CIUAT) (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2002), o turismo alcança pelo menos 50 atividades econômicas, a maior parte denominada indústria não-característica do turismo (INCT).
- 3 Em 2003, houve uma inversão de 114 milhões de dólares provenientes da entrada de turistas internacionais na América do Sul e Central (exceto Caribe), alcançando, em janeiro de 2004, cerca de 120 milhões de dólares (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 2004).
- 4 Balança de pagamentos; investimentos diretos e indiretos; instalação de infra-estrutura, entre outros (BULL, 1994; TRIBE, 1999).
- 5 A Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), mencionada pela OMT, sugere análises sobre o grau de mobilidade ocupacional e o grau de informalização no desenvolvimento de pesquisas sobre o mercado laboral (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO, 1999).
- 6 Tanto em seu sentido substantivo – condição universal dos cidadãos membros do Estado-nação, portanto, detentores de direitos civis, políticos e sociais –, quanto em seu sentido subjetivo – as questões de bem-estar e condição social (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003b).
- 7 A Organización Internacional del Trabajo (2003) propõe, para o crescimento do emprego no turismo, a criação de condições para postos de trabalho em baixa temporada (combate a estacionalidade) estáveis e formais.
- 8 Vale destacar que, para a Organización Internacional del Trabajo (2002), a informalidade não pode ser confundida com a economia submersa e subterrânea, justamente por não ter a finalidade direta de iludir as disposições legais.
- 9 Alteração na situação ocupacional, pela inclusão do trabalhador em uma classe hierarquicamente inferior (independentemente do intervalo de queda).
- 10 O setor, no continente, representa 56% do total de ocupados (Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL], 1998). Dados mostram que o processo avança na América Latina. (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003a).
- 11 A monocultura turística caracteriza o processo de determinação do turismo como única atividade econômica, em detrimento de outras atividades. Em muitos casos, ocorre, nos núcleos receptores, a partir de tal processo, a supervalorização de áreas urbanas, a descaracterização do entorno e o abandono das atividades econômicas locais, sobretudo as destinadas à subsistência, afetando conjuntamente os aspectos culturais, que obriga parte da população a buscar alternativas em outras atividades, exemplo: o turismo (KRIPPENDORF, 2000).
- 12 Alguns autores como Gettino (2002), Krippendorf (2000), Cunha (1997) e Bull (1994), apontam para as particularidades do trabalho turístico delimitadas pela temporalidade, pelas longas jornadas, pelo baixo grau de sindicalização e, em alguns casos, pela baixa remuneração.
- 13 O estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) define como empresas turísticas: alojamento, alimentação, agências de viagens, atividades recreativas, aluguel de automóveis, transporte rodoviário regular e não-regular.
- 14 Getino (2002, p. 101, tradução nossa) destaca o caso das ilhas Bahamas, onde “[...] a tendência constante à diminuição da dedicação a trabalhos especializados, como a construção de barcos e agricultura, e uma conversão a novas profissões relacionadas ao turismo [...]” Menciona o alto índice de empregados no turismo, com baixos salários, mudança observada após o desenvolvimento da atividade no local.
- 15 Gurrieri e Sáinz (2003) apontam que, nas décadas de 40 e 50 do século XX, a Cepal sustentou que o progresso técnico e o desenvolvimento científico-tecnológico requerido para a América Latina trariam como frutos, além da minimização da dependência exportadora, uma proporção maior de empregos com maior nível salarial e absorção da força de trabalho excedente.

Referências

- ARCHER, B. H.; COOPER, C. P. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 95-102.
- BULL, A. *La economía del sector turístico*. 1. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). *Distribuição de renda no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 121-143.
- _____. *O setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1. ed. São Paulo: IPE, 1983.
- _____. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 153-175, jun. 2000.
- CACCIAMALI, M. C.; JOSÉ-SILVA, M. de F. Emprego e seguridade social: mais uma década perdida no mercado de trabalho da América Latina. In: COGGIOLA, O. (Org.). *América Latina: encruzilhadas da história contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2003a. p. 215-231.
- _____. Mais informalidade, menos cidadania. Os efeitos criados por esse círculo vicioso sobre a formulação da política social na América Latina. *Cadernos Prolam USP*, São Paulo, ano 2, v. 1, p. 7-22, 2003b.
- CACCIAMALI, M. C. et al. Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In: FOGAÇA, A. et al. *Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil*. 1. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. p. 169-192.
- CASTEJÓN MONTIJANO, R. *Introducción a la economía para turismo: casos prácticos y ejercicios*. 1. ed. Madrid: Pearson Educación, 2003.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 1997*. Santiago: CEPAL, fev. 1998.
- CUNHA, L. *Economia e política do turismo*. 1. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1997.
- DEDECCA, C. S. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In: OLIVEIRA, C. A. B. de. et al. *Economia & trabalho: textos básicos*. 1. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. p. 163-186.
- DEL ABRIL, A. V. *Mayorías, informalidad y desarrollo*. 1. ed. Lima: Fundación Iberoamericana para el Desarrollo, 1991.
- GETINO, O. *Turismo y desarrollo en América Latina*. 1. ed. México, DF: Limusa, 1987.
- _____. *Turismo: entre el ocio y el neg-ocio – identidad cultural y desarrollo económico para América Latina y el Mercosur*. 1. ed. Buenos Aires: Ciccus/La Crujía, 2002.
- GURRIERI, A.; SÁINZ, P. Empleo y movilidad estructural. Trayectoria de un tema prebischiano. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 80, p. 141-164, ago. 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. *Conta Satélite do Turismo (CST) Brasil 1999*. Brasília, DF: EMBRATUR, 1999. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/conta%20satélite/contasatelitedeturismo.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2005.
- _____. *Anuário Estatístico Embratur*. Brasília, DF: 2003. v. 20. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/0-catalogo-documentos/anuario/anuario2003%20.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA GEOGRAFÍA E INFORMÁTICA. *Censo de Población y Vivienda 2000 de México*, 12. México, DF: 2001.
- KRIPPENDORF, J. *Sociología do turismo*. 3. ed. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. *Economia do turismo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. El trabajo decente y la economía informal. Sexto punto del orden del día. Conferencia Internacional del Trabajo. 90. *Informe*. Ginebra: v. 4, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc90/pdf/rep-vi.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2005.
- _____. *Departamento de actividades setoriales*. Información sobre la industria de la hotelería, la restauración y el turismo. Ginebra: 2003.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Cuenta satélite del turismo: cuadro conceptual*. Madrid: 1999.
- _____. *Clasificación internacional uniforme de las actividades turísticas (CIUAT)*. Madrid: 2002.
- _____. *Anuario estadístico do turismo*. Madrid: 2003.
- _____. *Barómetro OMT del Turismo Mundial*, Madrid, v. 2, n. 1, 2004.
- POCHMANN, M. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. de et al. *Economia & trabalho: textos básicos*. 1. ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998. p. 219-234.

RABAHY, W. A. *Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos*. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

RODRÍGUEZ FEIJOÓ, S. (Coord.). *Estadística aplicada a la toma de decisiones en la economía, la empresa, el turismo y las relaciones laborales*. 1. ed. Las Palmas de Gran Canaria: ULPGC, 2002.

ROUQUIÉ, A. *O extremo-ocidente: introdução à América Latina*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1991.

SCHLÜTER, R. G. Desenvolvimento do turismo: as perspectivas na América Latina. In: THEOBALD, W. F. (Org.). *Turismo global*. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 231-244.

SETHURAMAN, S. V. El sector informal urbano y las políticas de desarrollo. In: SANCHIS, E.; MIÑANA, J. (Org.). *La otra economía: trabajo negro y sector informal*. 1. ed. Valencia: Alfons el Magnánim, 1988. p. 31-59.

TOKMAN, V. E. (Coord.). *De la informalidad a la modernidad*. 1. ed. Santiago: OIT, 2001.

TRIBE, J. *Economía del ocio y el turismo*. 1. ed. Madrid: Síntesis, 1999.

Y TU MAMÁ TAMBIÉN. Dirección de Alfonso Cuarón. Santa Monica: UA-MGM, 2001. 1 DVD.

YÁZIGI, E. *Turismo: uma esperança condicional*. 1. ed. São Paulo: Plêiade, 1999.

Recebido em: 2 jul. 2005 / Aprovado em: 2 ago. 2005

Para referenciar este texto:

SOARES, L. A. S. Turismo e trabalho informal: um binômio inevitável? *Revista Gerenciais*, São Paulo, v. 4, p. 89-98, 2005.